

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**CADERNOS** DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

43

Volume 25 | Número 43 | janeiro/junho 2023

**MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Deputado Tadeu Martins Leite  
Presidente

Deputada Leninha  
1º-vice-presidente

Deputado Duarte Bechir  
2º-vice-presidente

Deputado Betinho Pinto Coelho  
3º-vice-presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes  
1º-secretário

Deputada Alencar da Silveira Jr.  
2º-secretário

Deputado João Vítor Xavier  
3º-secretário

**SECRETARIA**

Cristiano Felix dos Santos Silva  
Diretor-geral

Luíza Homen Oliveira  
Secretária-geral da Mesa

**EDIÇÃO**

Marialice Nogueira Emboava  
Stefania de Resende Negri

**ESCOLA DO LEGISLATIVO**

Ruth Schmitz de Castro

**REVISÃO\***

Celeno Ivanovo  
Ivan Capdeville Júnior

**NORMALIZAÇÃO**

Gerência de Biblioteca

**PROJETO GRÁFICO**

Gleise Marino  
Maria de Lourdes Macedo Ribeiro

**EDITORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO**

Letícia Martinez Matos

**Apoio**

Henrique Galvão Diniz (estagiário)  
Gustavo da Fonseca Cavichi (estagiário)

\*A revisão linguística dos *abstracts* dos artigos aqui publicados é de responsabilidade de seus respectivos autores.

Cadernos da Escola do Legislativo. - Vol. 1, n. 1, (jan./jun.1994) - .

Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas

Gerais, Escola do Legislativo, 1994 - .

Semestral

ISSN 1676-8450. eISSN 2595-4539.

# Sumário

5 Editorial

## 9 DOSSIÊ TEMÁTICO

Violência política: uma análise a partir do pensamento crítico brasileiro

Maria Cecília Pedreira de Almeida

29 Violência política contra a mulher

Paula Gabriela Mendes Lima

65 Republicanismo e democracia: a neutralização política do povo como instrumento de violência política no Brasil contemporâneo

Rodrigo Ribeiro de Sousa

85 Uma crítica da violência: de Benjamin a Butler

*A critique of violence: from Benjamin to Butler*

Marco Antônio Sousa Alves

## 121 TRADUÇÃO

Porque a representação simbólica enquadra o engajamento público parlamentar

Autora: Cristina Leston-Bandeira

Tradução: Renato Duarte Caetano

## 161 RESENHA

Jornal Nacional, um ator político em cena

Priscila Martins Dionizio

## **CONSELHO EDITORIAL**

Ana Fialho

Universidade de Évora (Portugal) – Departamento de Gestão

Antônio José Calhau de Resende

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Escola do Legislativo

Carolina Rolim Machado Cyrillo da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Faculdade Nacional de Direito

David Francisco Lopes Gomes

Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Direito

Fabiana de Menezes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Direito

Gabriel Rezende de Souza Pinto

Universidade Federal da Paraíba – Departamento de Filosofia

Marcelo Sevybricker Moreira

Universidade Federal de Lavras – Departamento de Ciências Humanas

Manoel Leonardo W. Duarte dos Santos

Universidade Federal de Minas Gerais – Departamento de Ciência Política

Paula Gabriela Mendes Lima

Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Filosofia  
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Gerência-  
-Geral de Consultoria Temática

Rildo José Cosson Mota

Universidade Federal da Paraíba – Departamento de Letras

O primeiro volume de 2023 dos *Cadernos do Legislativo* retoma uma prática usada nos seus primórdios, nos anos de 1990 – a tradução de textos importantes que favorecem o intercâmbio de conhecimentos e de resultados de pesquisa desenvolvidas em outros países e o enriquecimento de nossos debates. O artigo *Why symbolic representation frames parliamentary public engagement*, de Cristina Leston-Bandeira, estreia essa seção. Publicada no *The British Journal of Politics and International Relations*, a análise de Leston-Bandeira traça os objetivos e as consequências do engajamento público para a representação, identificando as principais mudanças que afetaram a relação entre o público e o Parlamento. Para embasar tal reflexão, o artigo apresenta diferentes teorias sobre representação construindo, assim, um arcabouço para entender o papel do engajamento público no contexto do século XXI. A pesquisa mostra que o Parlamento britânico objetiva desenvolver no público um senso de conectividade que se ancora em formas mais simbólicas e coletivas da representação, visando apresentar a instituição dissociada de seus atores e políticas.

Em outra seção, a jornalista e doutora em Ciência Política Priscila Martins Dionízio faz a resenha do livro **Jornal Nacional, um ator político em cena**: do *impeachment* de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro: as bases da construção da narrativa jornalística que legitimou processos políticos na recente história brasileira. Resultado do doutorado de Eliara Santana, o trabalho vale-se da análise crítica do discurso para compreender e explicar as estratégias discursivas do Jornal Nacional que validaram o processo que levou à deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) e que influenciaram processos políticos ocorridos nos governos seguintes.

Santana organizou a análise do *corpus* em dois grandes repertórios – *corrupção nunca antes vista* e o de *uma crise econômica sem precedentes* – que aliados a determinadas estratégias discursivas (enquadramento, silenciamento e escolha de viés) criam um jeito específico de noticiar do Jornal Nacional que é estruturado, entre outros aspectos, pela estereotipagem, transformação de evidências em fatos e publicização, sem controvérsias, de atos ligados às diferentes esferas do Judiciário. Dionísio, ao concordar sobre a importância de se estudar o Jornal Nacional como sujeito-agente no cenário sociopolítico e informacional brasileiro, também corrobora com formas de se mitigar a ecologia midiática pouca diversa do Brasil e de se combater a desinformação no País.

Temos, ainda nessa edição, o **dossiê temático** sobre violência política apresentado pela consultora legislativa e professora da Universidade Federal de Goiás, Paula Gabriela Mendes Lima. Desejamos a todas(os) boa leitura.

**Stefania Negri e Marialice Emboava**

Editoras dos *Cadernos da Escola do Legislativo*

*E-mail: nepel@almg.gov.br*

## **Dossiê Temático**

Os casos de violência política têm sido uma constante no Brasil nos últimos cinco anos. Ameaças, atentados, agressões e assassinatos não são mais episódios isolados, mas são acontecimentos regulares diante da polarização e dos conflitos de interesses políticos. Claro que isso não é algo novo, mas é espantoso seu aumento e sua constância no contexto atual, pois parecia-nos que o nosso regime político estava limitado e cuidado pelas instituições legais e políticas, pela constituição federal e pela consciência do nosso povo que vivencia os avanços de uma democracia. Todos os relatos e notícias de condutas de violência política, contudo, escancaram o fato de o que temos não é (e talvez nunca foi) suficiente para impedir uma violência política constante e cotidiana.

Essa violência se manifesta a partir de agressões físicas – sexuais e corporais – ou não-físicas – simbólica, moral, econômica e psicológica –, realizadas com o objetivo de violar quaisquer direitos políticos, o que inclui depreciar agentes políticos; silenciar manifestações políticas de apoio a esses agentes ou a partidos; suprimir, reduzir ou aniquilar a efetividade dos direitos dos cidadãos de votarem ou serem votados. Ela não só agride direitos fundamentais individuais, mas compromete a integridade da democracia, intimida a participação popular e a luta por direitos, bem como ataca e assedia todas as formas de representação.

Preocupados com a dimensão dessa violência, em outubro de 2022, um grupo de professores e pesquisadores doutores em filosofia política se uniram no XIX Encontro Nacional da Anpof – Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, realizado na cidade de Goiânia, para pensar e (re)pensar sobre o que ela é e quais são seus elementos, formas de manifestação, meandros, bem como refletir sobre o contexto político e legal atual. A preocupação estava em nomear esse fenômeno de forma mais clara e dar visibilidade a todas as suas formas estruturais de opressão e supressão de direitos políticos que ocorrem no espaço público, a fim de contribuir com os avanços dos debates sobre suas formas de prevenção e enfrentamento.

O objetivo desse dossiê é apresentar um pouco do debate desse grupo, pois, apesar de não ser possível expor a totalidade e a riqueza de todo o debate, parece-nos que é de fundamental importância divulgar algumas ideias e dar luz a centelhas de inspiração para novos caminhos sobre o tema. Selecionamos o texto de quatro professores que tratam mais diretamente da violência política, mas reafirmo que se trata de um trabalho que reflete a força de um grupo que se une anualmente para discutir e pensar a experiência política do nosso tempo.

O dossiê se inicia com o texto *Violência política: uma análise a partir do pensamento crítico brasileiro*, de Maria Cecília Pedreira de Almeida, professora da Universidade de Brasília - UnB. Nele, a autora nos instiga a pensar sobre a racionalidade e as contradições das democracias modernas ocidentais e como elas abrem espaço para uma forma de violência incompatível com o Estado Democrático de Direito. O texto que se segue, denominado *Violência Política con-*

*tra a Mulher*, de Paula Gabriela Mendes Lima, professora da Universidade Federal de Goiás – UFG - e Consultora Legislativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, destaca, na mesma linha, a possibilidade de existirem na democracia espaços onde a violência política é estrutural. Para a autora, a violência política, observada pelo recorte de gênero, manifesta-se na história política do Brasil e é reflexo de uma determinada antropologia da mulher e de processos resultantes da linguagem e estrutura de dominação masculina dos atuais modelos de espaços políticos.

O terceiro texto, *Republicanismo e democracia: a neutralização política do povo como instrumento de violência política no Brasil contemporâneo*, de Rodrigo Ribeiro de Sousa, professor da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, tem como propósito debater a Lei Federal nº 14.197/21, conhecida como Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, e sua efetividade para impedir as práticas de violência política mais comuns no Brasil. O autor explicita os elementos ideológicos que permitem a perpetuação de práticas autoritárias no Brasil e nos convida a pensar sobre como defender apenas o voto como forma de participação política pode ser um instrumento de violência política. Por fim, finalizamos este dossiê com o texto *Uma crítica da violência: de Benjamin a Butler*, de Marco Antônio Sousa Alves, professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que nos instiga com reflexões sobre os ciclos da violência, questionando se há algum tipo de violência boa ou legítima no âmbito da política e se é realmente possível um mundo menos violento. Entende o autor que uma crítica filosófica pode contribuir para a quebra desses ciclos e abrir novos horizontes para o direito e a política atual, o que é um dos objetivos deste dossiê.

Esperamos que este trabalho contribua com uma revisão teórica e prática do enfrentamento da violência política, marcante na história brasileira atual. Para nós, nomeá-la, debatê-la e fugir do silêncio é enfrentá-la para que a política e a democracia não resultem em espaços de barbárie.